

## Webinário analisa relatório da Reforma Administrativa

Com o objetivo de esclarecer todos os pontos do relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), a ANFIP promove na próxima quinta-feira (9/9) o webinário “Reforma Administrativa – Saiba tudo sobre o relatório da PEC 32/20”. O debate será às 15h30, com transmissão pelo YouTube.

Participam o presidente Décio Bruno Lopes; o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arnaldo Gonçalves Ferreira; o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero; e o cientista político e diretor da Metapolítica, Jorge Ramos Mizael.

Arthur Maia apresentou seu relatório na terça-feira (31/8) com várias alterações ao texto original da proposta. Acompanhe o debate e saiba o que muda para os atuais e os futuros servidores públicos. Até lá, intensifique a mobilização contra o desmonte do Estado brasileiro.



[WEBINÁRIO]  
**REFORMA ADMINISTRATIVA**  
Saiba tudo sobre o relatório da PEC 32/20

**09/09**  
15h30

**Jorge Ramos Mizael**  
Cientista político - CEO da Metapolítica

**Décio Bruno Lopes**  
Presidente da ANFIP

**Wilson Antonio Romero**  
Assessor de Estudos Socioeconômicos

**José Arnaldo Ferreira**  
VP de Classe e Salarial

Transmissão pelo  
**ANFIP** **YouTube**  
Exclusiva para associados

## Inscrições para vagas de convencionais estão abertas até 7/9

Associados efetivos, quites com suas obrigações associativas, as inscrições para concorrer às vagas de convencionais da XXVIII Convenção Nacional da ANFIP estão abertas até o dia 7/9. Participe do processo eleitoral da Entidade e integre essa rede coletiva destinada ao fortalecimento da ANFIP na defesa dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.

As inscrições podem ser feitas por meio do link [www.convencionais2021.anfip.org.br](http://www.convencionais2021.anfip.org.br). Lembramos que os associados interessados em compor chapas ao Conselho Executivo e aqueles que desejam se candidatar ao Conselho Fiscal devem ser convencionais. Por isso a importância de se atentarem às datas do processo eleitoral.

Os convencionais são eleitos por estado, conforme quantitativo publicado no Edital (confira [AQUI](#)), e integram importantes deliberações, como o estabelecimento de diretrizes para o biênio 2021/2023, aprovação das contas do Conselho Executivo, e, entre outras atribuições estatutárias, homologação das chapas candidatas ao



**ELEIÇÕES ONLINE**

**INSCRIÇÃO DE CONVENCIONAIS**  
24/8 A 7/9  
EXCLUSIVAMENTE ON-LINE

**XXVIII CONVENÇÃO NACIONAL**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conselho Executivo e das candidaturas individuais ao Conselho Fiscal.

**Contamos com a sua participação!**

Já está no ar o aplicativo da ANFIP;  
baixe agora mesmo!

PÁGINAS 2

Relatório da PEC 32/20 ainda traz  
riscos

PÁGINA 4

Confira os benefícios que só os  
associados têm

PÁGINA 7

## Já está no ar o aplicativo da ANFIP; baixe agora mesmo!



O uso da tecnologia se tornou indispensável nos últimos anos. Portanto, para facilitar a comunicação e o acesso dos associados aos conteúdos e benefícios da Entidade, a ANFIP disponibiliza o aplicativo ANFIP Digital.

Ao baixá-lo, o associado desfruta de conteúdo exclusivo, no qual é possível consultar dados cadastrais, conferir notícias relevantes sobre assuntos de interesse dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, políticas internas, acompanhar o histórico financeiro e fazer troca de mensagens com a Entidade. Para esse acesso, o associado deverá utilizar o CPF e a mesma senha utilizada na área restrita.

A nova ferramenta está em processo de desenvolvimento, consequentemente, alguns dados ainda não estão disponíveis, como os processos jurídicos individuais. Porém, a ANFIP está trabalhando para que sejam viabilizados em breve.

**Como acessar** – O aplicativo está disponibilizado nas lojas virtuais Google Play e App Store. Para baixar, basta entrar na loja de aplicativos de seu celular, pesquisar por “ANFIP Digital” e instalar. Em seguida, confirmar se concorda com os termos de uso e privacidade e pronto! Fique por dentro de tudo o que acontece na Entidade.

Links para baixar o APP ANFIP:

– Android – [Play Store](#)

– IOS – [App Store](#)

## Associados, acessem o guia de como atuar nas redes contra a PEC 32/20

O relatório da PEC 32/20 já está sendo minuciosamente analisado pela ANFIP e, neste momento, é fundamental que todos os associados atuem nas redes sociais contra o desmonte do serviço público.

Para facilitar a utilização das principais redes em que os parlamentares atuam, como Twitter, Facebook e Instagram, a ANFIP elaborou o “Manual digital de trabalho parlamentar” e o “Guia do trabalho parlamentar nas redes sociais”. As publicações, de fácil leitura e compreensão, estão disponíveis no site da Entidade.

Além de orientações de como baixar os aplicativos, o material ensina como postar e marcar os parlamentares, além

de já trazer a lista dos integrantes da Comissão Especial e sugestões de mensagens a serem encaminhadas.

A proposta está na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Com a apresentação do relatório, o texto deve ser votado em meados de setembro. Portanto, é urgente e fundamental a participação de todos neste trabalho.

Também foi realizado webinar para explicar os detalhes das publicações. Para assistir, clique [AQUI](#).

Baixe o material:

[Manual Digital de Trabalho Parlamentar](#)

[Guia do Trabalho Parlamentar nas Redes Sociais](#)

## Tributação e Previdência são temas da próxima Série Grandes Debates ANFIP

No dia 15 de setembro, a ANFIP promove mais uma Série Grandes Debates, desta vez com o tema Tributação e Previdência. O evento será transmitido pelo canal do Youtube,

às 10 horas, e reunirá especialistas nos assuntos. Como os debates anteriores, este também será feito em parceria com a Agência Servidores. Anote na agenda!

### EXPEDIENTE LINHA DIRETA

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 BL. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Benedito Cerqueira Seba

EDITORA  
Ludmila Machado

REPORTAGEM  
Daiana Lima, Ludmila Machado e  
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIA  
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA  
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino

CONSELHO EDITORIAL  
Décio Bruno Lopes  
Eucélia Maria Agrizzi Mergár  
Crésio Pereira de Freitas  
José Arinaldo Gonçalves Ferreira  
Benedito Cerqueira Seba  
Cesar Roxo Machado



[www.instagram.com/anfipnacional](https://www.instagram.com/anfipnacional)



[www.facebook.com/anfip.nacional](https://www.facebook.com/anfip.nacional)



[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## Comissão Organizadora do FIT 2021 realiza nova reunião

A Comissão Organizadora do Fórum Internacional Tributário (FIT) reuniu-se na segunda-feira (30/8) para dar continuidade à preparação do evento, que acontecerá de 20 a 22 de outubro, com o tema “Tributação, desigualdade e desenvolvimento na América Latina”. Pela ANFIP, participou o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado.

Nesta etapa do trabalho, o grupo analisa as estratégias de divulgação e de inserção nas redes sociais; alinha a programação do evento e prepara a abertura das inscrições, que acontecerá em breve.

Esta é a segunda edição do FIT. A primeira foi realizada em



2018. O projeto é uma iniciativa da ANFIP e da Fenafisco (Fisco Estadual e Distrital), em parceria com o Sinafresp (Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo) e com o professor do Instituto de

Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, coautor do estudo [A Reforma Tributária Necessária](#). Conta, ainda, com apoio da Oxfam Brasil e da Internacional de Serviços Públicos (PSI).

Confira mais informações sobre o evento no site [www.forumfit.org.br](http://www.forumfit.org.br).

## Relator anuncia parecer sobre a Reforma Administrativa

O relator da PEC 32/20, deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), apresentou na terça-feira (31/8), em coletiva na Câmara dos Deputados, os principais pontos de seu relatório à Reforma Administrativa. Acompanharam a divulgação o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), e o presidente da Comissão Especial, Fernando Monteiro (PP/PE).

O texto foi protocolado no fim do dia e a leitura do documento foi realizada na quarta-feira (1º/9). Após a leitura, Arthur Lira concedeu vista a todos os partidos. A votação na Comissão Especial está prevista para os dias 14 e 15 de setembro.

Lira afirmou que todos os trechos que deram origem a falsas versões foram banidos do texto. Ele reforçou que a proposta não atinge os direitos adquiridos dos atuais servidores públicos e adiantou que a estabilidade no emprego será prevista, inclusive, aos futuros servidores.

O relator, deputado Arthur Oliveira Maia, explicou que a estabilidade está garantida, de forma que nenhum servidor público atual ou futuro poderá ser demitido de maneira imotivada. Segundo Maia, qualquer demissão estará submetida à avaliação de desempenho do servidor.

O parlamentar destacou que, embora uma lei futura vá regulamentar os pontos da avaliação de desempenho, a PEC já estabelece algumas orientações. Entre elas estão a que prevê que essa avaliação seja feita em plataforma digital, bem como tenha a presença do usuário do serviço para dar a opinião do serviço prestado. Segundo ele, as plataformas Gov.br e Sougov.br serão utilizadas para a avaliação do usuário.

Arthur Maia também destacou que retirou da proposta original do texto encaminhado pelo Poder Executivo a

previsão do vínculo de experiência e manteve o estágio probatório, instrumento jurídico de vínculo provisório do servidor antes de alcançar a estabilidade. Maia explicou que, em vez de ser apenas uma avaliação ao final do estágio probatório, os novos entrantes deverão prestar seis avaliações semestrais, antes de conseguir a estabilidade.

As assessorias parlamentares da ANFIP e do Fonacate (Fórum das Carreiras Típicas de Estado) já estão analisando o texto.

Resumo das principais considerações do relator:

- Retirada do texto do regime de contratação por tempo determinado;
- Retirada do texto do chamado “vínculo de experiência”;
- Reformulação do estágio probatório, passando a acontecer de forma semestral, no mesmo período de 3 anos (ou seja: a partir de 6 avaliações semestrais);
- Manutenção da estabilidade para todos os servidores públicos, entrelaçada à avaliação de desempenho.
- Regulamentação do mecanismo dos contratos temporários, a partir de processo seletivo simplificado, igualmente sujeitos à avaliação de desempenho. Vedada a sua utilização nos cargos exclusivos de Estado.
- Avaliação de desempenho por meio da plataforma digital Gov.br, cujos detalhes serão dados em regulamento futuro.
- Definição de cargos exclusivos de Estado (palavras do relator) no bojo da PEC.

Baixe [AQUI](#) a íntegra do relatório.

Confira [AQUI](#) a coletiva de imprensa.

Com informações da Agência Câmara de Notícias e Queiroz Assessoria.

## Relatório da PEC 32: algumas correções e muitos riscos. Mobilização continua!

O Fórum das Carreiras de Estado (Fonacate) realizou reunião na quarta-feira (1º/9) para debater o relatório do deputado federal Arthur Maia (DEM/BA), apresentado na Comissão Especial da PEC 32/2020, da Reforma Administrativa. O assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Wilson Antonio Romero, participou do encontro.

Na avaliação geral, dirigentes das afiliadas entendem que o relator corrigiu pontos do texto original enviado pelo governo, mas que a proposta ainda traz grandes riscos ao serviço público brasileiro, como a possibilidade de contratações temporárias irrestritas mediante processos simplificados.

Para os dirigentes, as correções e avanços relativos ao texto inicial decorreram do intenso e qualificado diálogo travado pelas afiliadas ao Fonacate junto aos parlamentares, autoridades públicas e especialistas, sobretudo durante a tramitação na Comissão Especial. Ainda na Comissão de Constituição, de Justiça e Cidadania (CCJC), foram retirados os superpoderes do presidente da República e suprimidos princípios descabidos que seriam levados ao texto constitucional.

Já o relator Arthur Maia, em seu substitutivo, manteve a estabilidade para todos os atuais servidores, suprimiu o vínculo de experiência e a possibilidade de indicações políticas para funções técnicas e estratégicas, manteve as escolas de governo e, como havia prometido, enfrentou o desafio de definir os cargos exclusivos de Estado, contemplando, em princípio, todas as carreiras representadas no Fonacate.

Porém, muitos pontos da PEC 32 ainda causam angústias aos servidores. Por exemplo, a proibição da concessão de adicionais por tempo de serviço, licenças, adicionais e parcelas indenizatórias por substituição, assim como a restrição às progressões e promoções funcionais.

Para o secretário-geral do Fonacate e presidente da Febrafite, Rodrigo Spada, o coordenador da Comissão Parlamentar do Fórum e diretor da Fenafisco, Celso Malhani, e Gustavo Mesquita, presidente da ADPJ, seguidos em uníssono pelas demais afiliadas, o relator da PEC 32 na Comissão Especial, deputado Arthur Maia, perdeu a oportunidade de reparar uma injustiça histórica da Constituição Federal em relação ao subteto remuneratório dos entes federados. Desta forma, foi deliberado

que Fonacate e afiliadas farão um esforço extra em prol da emenda nº 8, do deputado Fausto Pinato (PP/SP).

De acordo com a assessoria jurídica do Fonacate, não foi retirada do texto a previsão de que servidores poderão ser demitidos por decisão não transitada em julgado. “Viola a presunção de inocência e provoca insegurança jurídica, já que a decisão poderá ser revertida mais à frente”, explicou a assessora Susana Botar.

Além disso, tanto União quanto Estados e Municípios poderão legislar livremente sobre a terceirização de serviços públicos, até que sobrevenha lei federal com normas gerais, provocando caos jurídico. “O relator disse que asseguraria aos contratados por tempo determinado a demissão apenas por insuficiência de desempenho, mas isso não consta no relatório”, complementou Botar.

A PEC 32 ainda autoriza três tipos de contratação: (a) direta e sem seleção, para calamidades públicas, emergências e paralisação de atividades essenciais; (b) por seleção simplificada, para servidores temporários, sem limite percentual, e por até 10 anos; (c) por concurso público, para servidores efetivos. Para os assessores jurídicos do Fórum, Larissa Benevides e Bruno Fischgold, “sem limites para contratação temporária, salvo para atividades exclusivas de Estado, e com contratos de até 10 anos, a realidade é que não há qualquer incentivo para a realização de concursos públicos”.

O jurista Juarez Freitas, que apoia a Comissão de Estudos do Fonacate, relatou preocupação com a demissão por obsolescência de cargos e com o fato de o tema da avaliação de desempenho estar com regulamentação muito frágil no substitutivo.

De acordo com Rudinei Marques, presidente do Fonacate, a luta e a mobilização contra a PEC 32 continuam. “Houve algum aperfeiçoamento no texto, até porque a proposta original era sofrível. Mas como celebrar a manutenção da estabilidade para todo o funcionalismo, se há indicação clara que a grande maioria dos futuros servidores – e em áreas tão essenciais como saúde e educação – serão contratados por prazo determinado e mediante processos seletivos simplificados?”, questionou. “Portanto, a mobilização contra a PEC 32 continua”, concluiu.

**Fonte:** Fonacate.

## Recado a parlamentares e sociedade se espalha pelo Brasil



A ANFIP está mobilizada em todo Brasil para pressionar os parlamentares, diretamente em suas bases, a votar contra a Reforma Administrativa. Além das mídias externas, realizadas em *outdoors* e *frontlights*, em Brasília, os recados

se espalham por Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Salvador.

Ainda que o relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA) tenha sido apresentado com várias alterações em relação ao texto original, a proposta ainda mantém ataques aos direitos dos servidores e viabiliza a terceirização dos serviços públicos.

A mobilização deve continuar! Envie mensagens aos parlamentares e cobre um posicionamento firme contra o desmonte do Estado. Baixe o [Manual Digital de Trabalho Parlamentar](#) e o [Guia do Trabalho Parlamentar nas Redes Sociais](#) e colabore nessa luta.

## ANFIP intensifica debates sobre Reforma Administrativa

A ANFIP promoveu na segunda-feira (30/8) a Série Grandes Debates, evento virtual, com o tema “Reforma Administrativa – o que esperar?”, que reuniu os deputados Darci de Matos (PSC/SC), Professor Israel Batista (PV/DF) e Coronel Tadeu (PSL/SP) para uma rodada de análises da PEC 32/20 com os presidentes do Fonacate (Fórum das Carreiras de Estado), Rudinei Marques; da Anafe (Associação dos Advogados Públicos Federais), Lademir Gomes da Rocha; e da Unajuf (União Nacional dos Juizes Federais), Eduardo Cubas.

O presidente Décio Bruno Lopes ressaltou o compromisso da ANFIP em discutir assuntos que envolvem todos os cidadãos. É o caso da Reforma Administrativa, que traz uma série de alterações no Estado brasileiro e nas relações de trabalho o que, segundo o presidente, se for aprovada sem atender aos pleitos dos servidores, pode trazer dificuldades na prestação do serviço público. “Com a reforma, o Estado pode entregar menos. Talvez essa seja a última live da primeira fase da PEC”, disse.

Falando nesta primeira fase, Vilson Romero acredita que a missão foi cumprida. “Estamos terminando esse primeiro tempo com a missão cumprida. Fizemos trabalho parlamentar, construímos propostas, dialogamos. Só não venceremos com a derrubada da PEC porque há forças maiores que nós. Temos convicção de que fizemos tudo que estava ao nosso alcance para reduzir os danos da proposta”, enfatizou. Romero espera que o relatório contemple a preservação da estabilidade e traga algo que melhore o Estado brasileiro. “A ANFIP vai, com certeza, continuar com o debate”, garantiu.

O deputado Darci de Matos citou as várias conversas com o relator Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), que confirmou durante a live o registro do relatório na terça-feira (31/8). “O que temos que nos atentar é que qualquer modificação que dê margem para retirar direitos dos atuais servidores deverá ser clareada no relatório. Temos emendas que dão segurança jurídica aos atuais servidores”, garantiu. Matos também destacou outro ponto preocupante do texto, que é o que vincula os servidores

contratados por prazo indeterminado ao Regime Geral de Previdência Social.

Matos também deixou evidente seu apoio à limitação da estabilidade a apenas grupos específicos de carreiras. “A estabilidade é importante, mas não dá para afirmar que o serviço público é bom só com a estabilidade. Temos que tratar com racionalidade”, frisou. Mostrou preocupação com a realidade financeira dos estados, que já atrasaram salários, e afirmou que a PEC pode trazer benefícios para essa modernização fiscal.

Com relação à avaliação de desempenho, Matos informou que o relator deve incluir a exigência da avaliação no texto constitucional, porém o detalhamento vai ser tratado via projeto de lei complementar. Já com relação aos cargos de confiança, a expectativa é de que o relatório não traga a possibilidade de o governo nomear ilimitadamente. “As funções de confiança só podem ser ocupadas por servidores de carreira. Para os cargos de assessoramento vão ser criados critérios”, disse. Sobre as carreiras típicas, Matos acredita que deveriam vir conceituadas na Constituição, porém o relator tinha a tese de tipificá-las por projeto de lei complementar.

Já o deputado Professor Israel Batista afirmou que a estabilidade é garantia de todos os servidores públicos. “Não adianta que só alguns tenham estabilidade. Não adianta o juiz ter estabilidade, se a equipe dele está enfraquecida. Nós entendemos que, no Brasil, a estabilidade é necessária para todas as carreiras”, enfatizou. Professor Israel relatou que as conversas entre os parlamentares da Comissão Especial estão intensas e que foram entregues ao relator dados e estudos mostrando que, onde existe estabilidade, o serviço é entregue com qualidade.

Para o deputado Coronel Tadeu, a reforma precisa criar mecanismos para modernizar e automatizar a máquina pública, porém destacou a importância da presença humana nos atos administrativos. “A gente não pode deixar que a ansiedade atropelasse nossas atitudes. Vamos ver exatamente o que o Arthur acatou e não acatou. Temos um



tempo, mesmo que exíguo. Tudo que pôde ser dito por meio das audiências e extra audiência foi dito. Várias informações chegaram até ele”, frisou, sem esquecer o segundo embate que vem pela frente, que é no Plenário da Casa.

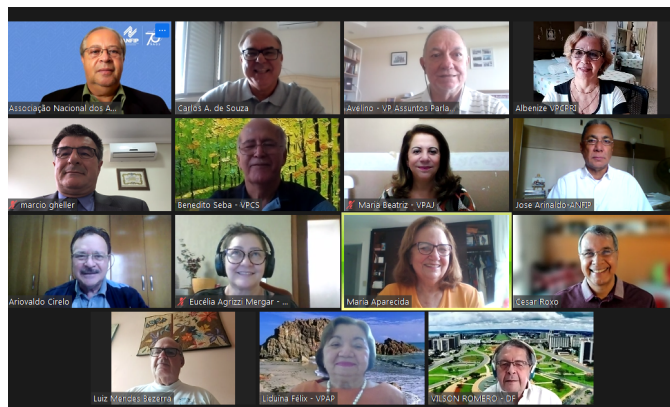
O presidente do Fonacate, Rudinei Marques, voltou a criticar o fato de a PEC ter sido construída sem debates com especialistas e sem a participação dos servidores. “Saiu do Ministério da Economia direto para o Congresso Nacional, sem passar pela Casa Civil. Daí a quantidade de problemas detectados no texto. Não foi construída com base em evidências. A PEC parte de premissas equivocadas sobre o serviço público. Ela não se sustenta e incorpora estigmas superados há muito tempo. Nosso receio é que o texto, mesmo assim, seja aprovado. Queremos aprimorar o serviço público, mas não é isso que está na PEC”, lamentou.

Na rodada de debates, Lademir Gomes da Rocha questionou os parlamentares sobre os cargos típicos de Estado, cargos de liderança e assessoramento e sobre gestão de desempenho. O presidente da Anafe, sobre a estabilidade, afirmou que ela é uma garantia institucional. “Transitamos do Estado pré-revolução de 1930 para o Estado, com feições mais modernas, a partir da universalização do instituto da estabilidade”, destacou.

Eduardo Cubas afirmou que a PEC 32/20 não agrega em muitos aspectos, “nem normativos nem financeiros”. Para o juiz federal, existem reformas tramitando na Câmara que mexem praticamente em toda forma de atuação do Estado e, do ponto de vista de teoria, a Constituição é a organização do Estado. “Isso se parece uma assembleia travestida de processo revisional”, pontuou.

Confira [AQUI](#) a íntegra da Série Grandes Debates ANFIP.

## Conselho Executivo analisa extensa pauta em reunião ordinária



Os integrantes do Conselho Executivo da ANFIP realizaram, de 30/8 a 1/9, reunião ordinária, em formato virtual, para discussão

e deliberação de ampla pauta da Entidade. O presidente Décio Bruno Lopes fez a abertura e a condução dos trabalhos.

Durante três dias, os conselheiros analisaram os seguintes itens da pauta: prestação de contas e execução orçamentária dos meses de abril, maio e junho de 2021; assuntos das áreas Jurídica, Assistenciais, Comunicação Social, Administrativa e de Aposentadorias e Pensões; acompanhamento da tramitação de proposições no Congresso Nacional e ações relacionadas às reformas Tributária e Administrativa; elaboração da revista sobre o Concurso de Contos, Histórias e Poesias; migração do sistema documental; preparativos e organização da XXVIII Convenção Nacional da ANFIP; apresentação das Comissões Temáticas da Entidade; e informes sobre a agenda dos próximos eventos.

Também participou da reunião o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

## Decipex inicia em Brasília Projeto Drive Thru Prova de Vida

O Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex) da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia está iniciando o Projeto Drive Thru – Prova de Vida.

A ação é voltada exclusivamente para aposentados, pensionistas e anistiados políticos, na condição de tutelados ou curatelados vinculados ao Decipex e que residem no Distrito Federal.

O objetivo é oferecer um atendimento eficaz e seguro diante da situação de pandemia gerada pela Covid-19.

O Drive Thru – Prova de Vida vai acontecer entre os dias 8 e 24 de setembro, no Edifício do DNIT, Setor de Autarquias Norte, Quadra 3, Bloco A, Desembarque Leste – Brasília, DF.

É necessário fazer o agendamento prévio. Para isso, basta clicar [AQUI](#).

## Orçamento de 2022 prevê pagamento integral dos precatórios

O Ministério da Economia apresentou, na terça-feira (31/8), o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, que será analisado e deliberado pelo Congresso Nacional. A proposta prevê o pagamento integral dos precatórios no próximo ano, atualmente cerca de R\$ 89 bilhões, sem a divisão dos débitos em várias parcelas, como pretendia o governo, por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021.

Apesar disso, não é garantido que o pagamento seja feito integralmente, já que a PEC 23 ainda precisa ser votada na Câmara dos Deputados e no Senado. Os presidentes das Casas, deputado Arthur Lira (PP/AL) e Rodrigo Pacheco (DEM/AM), e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça, Luiz Fux, reunidos também na terça-feira (31/8), avaliam uma proposta de “microparcélamento” apresentada pelo ministro Fux. A ideia é que o pagamento de precatórios no próximo Orçamento seja limitado ao valor total desse tipo de dívida em 2016, ano de promulgação da emenda constitucional do teto de gastos, corrigido pela inflação, em torno de R\$ 40 bilhões. Qualquer quantia acima disso seria parcelada para pagamento em anos posteriores.

### PLOA 2022

Outros pontos importantes da proposta apresentada pelo governo são:

- Direciona R\$ 34,7 bilhões ao Auxílio Brasil, mesmo nível de recursos previstos para o Bolsa Família em 2021, sem ampliar o número de famílias atualmente atendidas;
- Reforça recursos na ordem de R\$ 10,7 bilhões para a Saúde, sendo R\$ 7,1 bilhões em ações contínuas de combate à pandemia de Covid-19;
- Contempla R\$ 2 bilhões para a realização do Censo Demográfico de 2022;
- Considera reajuste do salário mínimo pela inflação (R\$ 1.169,00);
- Valor de R\$ 2,1 bilhões para o Fundo Eleitoral; e
- Fica estabelecido que, dentre as despesas totais, os gastos com pessoal ocuparão 3,6% do PIB (ante 3,9% previstos na LDO). Não há previsão de reajuste aos servidores públicos.

### Tramitação

Após a apresentação pelo Executivo, a matéria será encaminhada à Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), onde será definido o calendário de tramitação, com a previsão de apresentação de emendas à despesa e à receita, publicação de relatório preliminar, relatórios setoriais e geral.

A expectativa, segundo apuração da assessoria parlamentar da ANFIP, é que o PLOA 2022 seja relatado pelo deputado Hugo Leal (PSD/RJ).

Acesse [AQUI](#) a íntegra da versão do PLN disponibilizada pelo Ministério da Economia.

## Benefícios

### Semana de descontos exclusivos no clube de vantagens ANFIP

**Magalu**  
PRODUTOS SELECIONADOS COM ATÉ 60% OFF + DESCONTO DA PARCERIA DE ATÉ 10%\*

**unidas LIVRE**  
É você Livre e de carro novo!  
**DESCONTO DE 7%\***

**Domino's Pizza**

**OFERTA da hora**  
Utilize no site o CUPOM: **DESC40**  
**40%** de desconto\*

**FACULDADE Unyleya**  
**Até 70% de desconto\*** em qualquer curso de graduação e pós-graduação

\*Imagens meramente ilustrativas. Promoções válidas até 03/09/2021. Confira o regulamento no site.

A semana está recheada de descontos exclusivos para os associados na plataforma de benefícios ANFIP Tem +Vantagens. Produtos selecionados na Magalu, descontos na Unidas, ofertas na Dominos's Pizza e facilidades na Faculdade Unyleya. Acesse [AQUI](#) e confira!

### Programa Amigo Chevrolet: Descontos válidos para setembro

MODELO	BÔNUS VIGENTE
JOY MY 21/21	R\$ 800,00
JOY PLUS MY 21/21	R\$ 800,00
NOVO ONIX MY 21/21 E 21/22	R\$ 800,00
NOVO ONIX PLUS MY 21/21 E 21/22	R\$ 800,00
CRUZE SEDAN & SPORT6 MY 21/21 E 21/22	R\$ 2.600,00
SPIN (EXCETO R71) MY 20/21 E 21/21	R\$ 3.600,00
SPIN MY 21/22	R\$ 1.600,00
MONTANA 1.4 MY 20/21 E 21/21	R\$ 2.220,00
S10 MY 21/21 E 21/22	R\$ 1.600,00
TRAILBRAZER MY 21/22	R\$ 1.600,00
NOVO TRACKER (OPCIONAIS RB4, RB0, RBF, RGH, RBB, RBE E RB6) MY 20/21, 21/21 E 21/22	R\$ 1.600,00
EQUINOX MY 21/21	R\$ 1.600,00

Já está disponível a nova tabela de desconto do Programa Amigos Chevrolet, vigente para o mês de setembro. Por meio da parceria, os associados ANFIP contam com bônus e condições especiais na compra de diversos modelos de Chevrolet 0km. Os benefícios também valem para dependentes (para parentes de 1º grau – pais, filhos e cônjuge).

Aproveite e adquira seu novo Chevrolet!

Todos os descontos e condições estão disponíveis na área dos convênios: [anfip.temvantagens.com.br](http://anfip.temvantagens.com.br).

### Princípios do cooperativismo e educação financeira no app Cooperforte

No mês em que comemora seus 37 anos, a Cooperforte disponibiliza na área pública do APP os conceitos sobre a cultura cooperativista e educação financeira, com o objetivo de proporcionar aos seus associados e à sociedade em geral mais conhecimento sobre essas atividades, de uma maneira didática e objetiva.

Com as novas funcionalidades do APP, será possível navegar e conhecer os seguintes temas:

- Princípios do Cooperativismo: entenda os princípios que dão suporte às atividades do cooperativismo;
- Cooperativismo de Crédito: conheça sua estrutura e os diferenciais do cooperativismo de crédito;
- Educação Financeira: conheça os conceitos de educação financeira e algumas formas de como organizar as finanças pessoais;
- Ações Solidárias: participe, junto do Instituto Cooperforte, de projetos sociais voltados ao cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade, fazendo doações para educação e combate à fome.

Com essas iniciativas, a Cooperforte traz mais uma contribuição para o segmento do cooperativismo, valorizando ainda mais os fundamentos de solidariedade e ajuda mútua que embasaram a sua criação.

Somos mais de 150 mil associados, donos do negócio, que em muito podem contribuir, dia após dia, para disseminação das práticas cooperativistas. Com ativos superiores a R\$ 2,6 bilhões, a Cooperforte distribui as sobras auferidas (resultado líquido) anualmente com seus associados, na proporção dos negócios realizados no período. Ao longo de nossa história, já distribuímos sobras superiores a R\$ 1,25 bilhão, o que se constitui num dos maiores diferenciais do sistema cooperativista.

Os produtos de investimentos têm uma das melhores rentabilidades do mercado, principalmente quando adicionados os efeitos das sobras. Os produtos de crédito são pensados para democratizar o acesso ao crédito, com limites pré-aprovados, condições financeiras e prazos compatíveis com o perfil de nossos associados.

Você tem muitos motivos para escolher a Cooperforte e participar desta história! Como dono, você elege os Delegados Seccionais para representá-lo nas Assembleias, onde são definidos os destinos da nossa Cooperativa e quanto mais você realizar operações e indicar novos associados, mais resultado pode trazer para você e para os demais associados.

Você pode utilizar os canais digitais, com soluções na palma de sua mão. Se necessário, poderá ainda recorrer à Central de Atendimento, sempre pronta para lhe prestar todos os serviços e esclarecimentos necessários.

Celebramos os 37 anos de história, agradecendo a parceria de todos os associados, delegados, conselheiros, funcionários e fornecedores, que são os ativos de maior importância em nossa trajetória.

## Estaduais

### ANFIP articula trabalho parlamentar contra PEC 32/2020 em reunião da Diretoria da ANFIP-SP

A ANFIP-SP – Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo – realizou na terça-feira (31/8) a reunião mensal da Diretoria, com a participação do assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, que abordou a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, referente à Reforma Administrativa, de autoria do Poder Executivo.

Romero lamentou o fato de não ter acesso ao parecer do relator Arthur Maia, deputado federal pelo DEM da Bahia. A promessa era de que a apresentação fosse realizada na segunda-feira, porém o documento foi protocolado após a participação de Romero na reunião da ANFIP-SP.

Durante a reunião, Romero ressaltou a importância do Estado de São Paulo para o trabalho parlamentar junto aos deputados da Comissão Especial. “O Governo precisa de 24 votos para dar continuidade à tramitação. Precisamos virar, pelo menos, cinco votos de deputados favoráveis”, explicou, ao referenciar que, caso seja aprovada, a PEC seguirá para votação em dois turnos no Pleno da Câmara. São necessários 308 votos favoráveis para aprovação e encaminhamento da matéria ao Senado.

Os deputados paulistas membros da Comissão Especial estão divididos da seguinte maneira em relação ao prosseguimento da PEC 32/2020.

#### A favor:

Alex Manente (CIDADANIA-SP)  
Capitão Augusto Rosa (PL-SP)  
Coronel Tadeu (PSL-SP)  
Kim Katagiri (DEM-SP)  
Samuel Moreira (PSDB-SP)

#### Contra:

Alencar Santana (PT-SP)  
Paulo Pereira da Silva (SD-SP)  
Rui Falcão (PT-SP)  
Sâmia Bomfim (Psol-SP)

**Onda digital** – Romero recomendou que a ANFIP-SP trabalhe em conjunto com outros coletivos de servidores contrários à Reforma Administrativa, como o Fonacate, no intuito de chamar atenção do maior número possível de parlamentares nas redes sociais.

“Enquanto não for possível estar em Brasília, precisamos fazer o trabalho parlamentar nas bases, focado nos perfis do Twitter e Instagram destes deputados favoráveis à PEC. Temos de gerar engajamento”, indicou Romero.

A ANFIP elaborou um material sobre o trabalho parlamentar nas redes sociais, com informações sobre a PEC 32/2020 e formas de abordagem junto aos deputados federais. O Estado de São Paulo, por exemplo, tem 70 ao todo. “Vamos dispor de alguns minutos para ler o material e fazer a nossa parte”, complementou o assessor.

### Plantão Fiscal destaca atividades da diretoria da Agafisp



A edição de setembro do Plantão Fiscal relata as atividades recentes da Diretoria da Agafisp, traz os detalhes da excursão rodoviária à Ametista do Sul, a programação social e cultural até o final do ano, os aniversariantes do trimestre e as diversas propostas legislativas em debate nas duas Casas do Congresso Nacional.

Boa leitura! Acesse [AQUI](#).

### Associado da ANFIP-PB lança seu primeiro livro



O paraibano José Avelino da Silva Neto concretizou na noite de 28 de agosto um sonho, conhecido por poucos, ao lançar seu primeiro livro. Nele, o autor, de forma despretensiosa, narra fatos ocorridos no seu cotidiano e torna realidade o produto de uma mente inquieta que de repente lhe presenteia com uma inspiração que vira um verso, uma estrofe, que terminam em poema, em soneto, ou lhe presenteia com lembranças de fatos reais que se transformam em conto, e assim nasceu “Vida Narrada em Contos”.

Em razão da pandemia, foi um momento restrito a familiares e a poucos amigos, mas foi uma noite que emocionou aos presentes e mais ainda ao autor.

A ANFIP-PB parabeniza seu associado Avelino por deixar a inquietude de sua mente virar realidade e nos presentear com esta obra. Vamos ficar na expectativa das próximas.